



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018.*

RELATOR: Senador **CHIQUELHO FEITOSA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 146, de 2021, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 368, de 20 de agosto de 2019, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Luxemburgo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018.

O Acordo em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos Interministerial, “incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários”. Em sua elaboração atuaram conjuntamente o Ministério das Relações Exteriores, o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e a Agência Nacional de Aviação Civil



SF/21083.34377-71



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

(ANAC). O tratado conta com 29 artigos e um anexo (Quadro de Rotas). Ele, de resto, está conforme com a Política Nacional de Aviação Civil, estabelecida pelo Decreto nº 6.780, de 2009.

O discurso preambular do Acordo assinala o desejo das Partes de contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional. O Artigo 1 cuida das definições e estabelece, entre outras, que o termo “autoridade aeronáutica” significa, no caso do Brasil, a ANAC e, no do Grão-Ducado, o Ministro responsável pelo tema da aviação civil; ou, em ambos os casos, qualquer órgão ou pessoa autorizada a executar as funções atualmente atribuídas às referidas autoridades.

A concessão de direitos (p. ex.: sobrevoos sem pouso; fazer escalas no território da outra Parte para fins não comerciais) está contemplada no Artigo 2, que também determina que nenhum de seus dispositivos será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal, mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

Na sequência, o Artigo 3 versa sobre designação e autorização. Nesse sentido, cada Parte terá o direito de designar, por escrito, à outra Parte uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados nas rotas especificadas. O dispositivo seguinte versa sobre negação, revogação e limitação de autorização. O Artigo 5, por sua vez, dispõe sobre aplicação de leis relativas e regulamentos que disciplinam a entrada, a permanência e a saída, de um território, de aeronave engajada em serviços aéreos internacionais, ou na operação e navegação de tal aeronave enquanto em seu território.

O Artigo 6 cuida do reconhecimento de certificados de aeronavegabilidade, de habilitação e de licenças. Da segurança operacional se ocupa o Artigo 7, que aponta a Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), de 1944, celebrada no âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), como parâmetro na matéria. Esse



SF/21083.34377-71



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

dispositivo estabelece, ainda, possibilidade de realização de consultas sobre normas de segurança operacional.

Já sobre segurança da aviação versa o Artigo 8; nele, as Partes reafirmam sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita e informam que atuarão em conformidade com o direito internacional e, de modo específico, com as convenções internacionais que elenca (Artigo 8, 1), bem assim com as disposições sobre segurança da aviação e as práticas recomendadas apropriadas, estabelecidas pela OACI.

Em continuação, o Artigo 9 trata dos direitos alfandegários. No ponto, o texto estabelece que cada Parte, com base na reciprocidade de tratamento, isentará de impostos, taxas e outros gravames, uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional. O dispositivo subsequente (Artigo 10) aborda a capacidade e determina a frequência dos serviços de transporte objeto do Acordo.

Em continuação, o Artigo 11 dispõe sobre o registro de horários; o 12 sobre preços; o 13 sobre concorrência; o 14 sobre os representantes das empresas aéreas; o 15 sobre oportunidades comerciais; o 16 sobre conversão de divisas e remessa de receitas; o 17 sobre arranjos cooperativos entre empresas aéreas; o 18 sobre o arrendamento de aeronaves; o 19 sobre transporte cargueiro intermodal; o 20 sobre tarifas aeronáuticas; o 21 sobre tributação de combustível; e o 22 sobre estatísticas.

Os demais dispositivos aludem à possibilidade de consultas entre as Partes (Artigo 23); à solução de controvérsias (Artigo 24); à perspectiva de modificação do pactuado, cumpridos os procedimentos internos necessários para tanto (Artigo 25); à possibilidade de acordos multilaterais posteriores (Artigo 26); à possibilidade de denúncia, que operará efeitos 12 (doze) meses após a data do recebimento da notificação (Artigo 27); ao registro junto à OACI (Artigo 28); e à sua entrada em vigor (Artigo 29).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Registre-se, ainda, que o texto produzido não destoia dos tratados sobre o tema que já vinculam, no plano bilateral, a República Federativa do Brasil com outros tantos países.

Ainda no tocante ao texto do Acordo, uma observação: o anexo, que dispõe sobre o quadro de rotas, está topograficamente deslocado. Ele está situado após o Artigo 27, que, como visto, disciplina a forma de eventual denúncia. Referido quadro deveria estar ao final do texto. Esse lapso, contudo, não interfere no conteúdo, tampouco na aplicação do tratado na hipótese de vir a ser aprovado pelo Congresso e ratificado pelo Presidente da República.

Importante assinalar, também, que o ato internacional em exame se enquadra no preceito constitucional que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

Cumprе destacar, por fim, os benefícios a serem produzidos pelo Acordo, caso venha a ser aprovado, para a população brasileira, ao ampliar o seu leque de opções no que diz respeito ao transporte aéreo de passageiros, bagagem, carga e mala postal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chiquinho Feitosa

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21083.34377-71